



Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania comemora um ano de conciliações e arrecada cerca de R\$ 6 milhões em acordos

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) da SJES completou, no dia 17 de junho, seu primeiro ano de vida, com excelentes resultados para comemorar.

Neste primeiro ano, o Centro já realizou quatro grandes mutirões de conciliação em Vitória, resolvendo ações do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em processos da Caixa Econômica, além de ações de danos morais e créditos comerciais envolvendo a Caixa e os Correios. Também apoiou um mutirão de audiências em Colatina com ações ajuizadas contra o INSS, no qual foram concedidas várias aposentadorias e pensões.

Nos mutirões já realizados, mais de 700 processos foram levados para as mesas de negociação, resultando em aproximadamente R\$ 6 milhões arrecadados em acordos e mais de 400 pessoas com seus problemas resolvidos.

Semana passada o Centro realizou seu quinto mutirão na capital, envolvendo processos de danos morais contra a Caixa Econômica Federal.

Pioneirismo - De acordo com Vera Ely Massariol - diretora do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ), ao qual o Cescon é vinculado -, o Centro foi implantado e deu início aos trabalhos mesmo antes da criação de sua estrutura. “E já na primeira Semana Nacional de Conciliação da qual participou, entre novembro de dezembro de 2011, o Cescon teve a alegria de ajudar o Espírito Santo a ser o primeiro estado da federação a bater a meta de quantidade de processos estipulada pelo CNJ para aquele mutirão”, orgulha-se a diretora.

A inauguração do Centro, em 17 de junho do ano passado, foi prestigiada pela presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargadora federal Maria Helena Cisne, que defendeu a conciliação como forma de promover a “pacificação social”, e pelo diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos na 2ª Região, desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama. Para ele, a inauguração do Centro representava um momento histórico para a 2ª Região e para a Seccional capixaba, pois se tratava de “uma mudança de cultura da Justiça Federal em relação aos métodos de solução de conflitos”. Na ocasião, o então diretor do foro, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, ressaltou que, por meio Cescon, “a Justiça também contribui com a Emen-

da 45, que estabelece a duração razoável do processo”. A Direção do Foro fez todos os esforços para a instalação do Centro em local apropriado no térreo do prédio da Justiça Federal.

Equipe - Coordenado pela juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, designada para a função pelo Ato n. 06, de 14/10/2011, pelo TRF da 2ª Região, o Cescon é formado pelas servidoras Maristher de Souza Lima (supervisora), Flávia Margon Pessoa e Delma Calazans de Moraes, tem o apoio do servidor Francisco de Assis Baldo Ramos (NAJ) em todos os



CONCILIAR É A FORMA MAIS RÁPIDA DE RESOLVER CONFLITOS

mutirões e, agora, também conta com três estagiários cedidos pela Emarf. Eles atuam em parceria com o Núcleo de Solução de Conflitos do TRF da 2ª Região e com o auxílio da juíza federal convocada Marcella Nova Brandão.

Completando seu primeiro aniversário, o grupo não tem tempo para comemorar. Envolvida até o final desta semana com seu quinto mutirão de audiências em Vitória, a equipe já está trabalhando no próximo mutirão, que será realizado de 3 a 5 de julho e para o qual estão programadas 414 audiências, envolvendo ações monitorias relativas ao Construcard, ajuizadas pela Caixa.

Novo espaço - Uma novidade é que as audiências não são mais realizadas no auditório, mas no terceiro andar da sede da SJES, numa sala que de agora em diante será destinada exclusivamente para este fim, demonstrando que as ações de conciliação serão cada vez mais frequentes na Justiça Federal capixaba.

Como declarou a juíza federal Marcella Brandão no mutirão realizado em abril deste ano, “2011 foi um ano de amadurecimento e de iniciativa” e “2012 será um ano de colheita e de melhoria do trabalho”. Para a juíza coordenadora, Cristiane Conde Chmatalik, “o núcleo que começou a atuar se espelhando no Rio de Janeiro, hoje já conta própria e organizada, com uma equipe preparada para conciliações permanentes, como determina a Resolução n. 125/2010 do CNJ”.

Outra boa notícia é que a página da Justiça Federal do ES na internet (www.jfes.jus.br) agora conta com o link “Conciliação”, que será permanentemente alimentado com informações sobre os mutirões realizados pelo Centro, para acompanhamento do público interno e externo.

Cescon encerra quinto mutirão com cerca de 700 pessoas atendidas e 75% de acordos

Em cerimônia realizada no dia 22 de junho, na presença do diretor da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) – Núcleo de Vitória, desembargador federal Luiz Antonio Soares, e da coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, a Justiça Federal do Espírito Santo encerrou o quinto mutirão de conciliação promovido pelo Centro de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon).

Realizado durante toda a semana, o mutirão conseguiu, com a colaboração da Caixa Econômica Federal, dar oportunidade a cerca de 700 pessoas de conversarem e chegarem a um acordo em processos de danos morais que tramitam no 1º e 2º Juizados Especiais Federais de Vitória, no Juizado Adjunto da Vara Federal de Serra e na Turma Recursal capixaba.

Das 213 audiências realizadas, 156 culminaram em acordos, ou seja, mais de 75%. O total dos valores acordados ficou em aproximadamente R\$ 364 mil.

Data especial

Representando o diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo (em exercício), juiz federal José Eduardo do Nascimento, a juíza federal Cristiane Conde Chmatalik ressaltou que aquele evento se num momento muito importante, em que o Cescon comemora um ano de criação no Espírito Santo.

“Ligado diretamente ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região, que tem o desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama na direção, o Centro foi instalado em Vitória por iniciativa do Tribunal e a ideia foi muito propícia para nós, que já praticávamos uma política de conciliação, mas não tínhamos um centro organizado, uma estrutura montada pra isso”, explicou a magistrada.

A juíza destacou o apoio dado pela juíza federal Marcela Nova Brandão, do Núcleo do Rio, pelo apoio no início das atividades do Centro e também a importância das instituições - Caixa, Correios, INSS e SFH - terem aderido à proposta de promover a conciliação. “Não adianta ter uma estrutura montada, se não houver o ‘querer fazer’. E nós quisemos e conseguimos fazer”, ressaltou, informando que “muitos mutirões já foram realizados neste primeiro ano de atividade e já estamos trabalhando em mais dois que vão ocorrer em julho e agosto. São mutirões de matérias diferenciadas, mas sempre buscando a solução dos conflitos”.

Momento de agradecer

“O momento agora é de agradecer a todos que fizeram parte deste trabalho. O mutirão não começa aqui. Aqui já está tudo perfeito. É só chegar, sentar e negociar. Mas tem toda uma preparação por trás, que se inicia com uma reunião com a Caixa, a preparação da sala, mesas, cadeiras. As par-

tes também têm que aderir. Têm que vir dispostas a negociar, desarmadas para fazer o acordo. Têm que se sentir acolhidas, porque a gente quer que a pessoa saia satisfeita, resolvendo o seu problema e levando outro conceito da Justiça”, declarou a diretora em exercício.

A magistrada agradeceu nominalmente a todos que participaram: juízes, advogados da Caixa Econômica Federal e terceirizados, a equipe do Cescon, aos estagiários cedidos pela Emarf, aos servidores – dentre os quais alguns chegaram a atuar inclusive como conciliadores –, aos servidores dos núcleos administrativos, em especial aos núcleos de Tecnologia da Informação (NTI), de Obras e Manutenção (NOM), de Segurança e Transporte (NST) e de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS).

Em seguida, convidou o diretor da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) – Núcleo de Vitória, desembargador federal Luiz Antonio Soares, para fazer seu pronunciamento, representando a presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargadora federal Maria Helena Cisne.

Efeito pedagógico

O desembargador federal iniciou destacando a importância do mutirão de conciliação é tamanha, que o Tribunal faz questão de estar presente, e enaltecendo o trabalho realizado pelos juízes da Seccional. “O Núcleo do Tribunal não lograria qualquer êxito se não fosse o trabalho incansável dos nossos juízes, em especial da doutora Cristiane e da doutora Marcela, que atuam incentivando a conciliação nos mutirões”, registrou.

Logo depois, destacou a importância da matéria tratada especificamente neste mutirão: as ações de dano moral. “Como o próprio nome diz, o objetivo é evidenciar o respeito que se deve ter pela pessoa humana, pelo cidadão. O que se busca não é só compensar a pessoa que se sentiu lesada ou ofendida, mas também desestimular outras ações. Tem um efeito pedagógico, de fazer a pessoa refletir, de meditar acerca do que foi feito”. Além disso, ressaltou que as audiências de conciliação, nesse caso, também promove a integração entre as pessoas envolvidas. “É uma oportunidade de estar frente a frente”, pontuou.



Luiz Antonio Soares agradeceu, então, a todos que atuaram como partes no processo e leu o balanço parcial do mutirão até aquele momento. “O TRF só tem que parabenizar e agradecer a todos que tornaram possível este evento, juízes e servidores. Este quinto mutirão, pela sua importância, é um marco de outros tantos que serão desenvolvidos, cada um com as suas peculiaridades, tantos quantos forem necessários para resolver as questões pendentes na Justiça Federal. A auto-composição é, sem dúvida, é uma das melhores modalidades de solução de conflitos”, finalizou.

Público presente

Prestigiaram a solenidade os juízes federais Bruno Dutra, da VF Serra, e Marcelo da Rocha Rosado, da 2ª Vara Federal Cível, além do gerente do Jurídico Regional da Caixa Econômica Federal, Wagner de Freitas Ramos, a coordenadora jurídica de Recuperação de Crédito da Caixa, Eladir Montenegro, o advogado que atua no Programa de Conciliação da Caixa Econômica Federal, Luciano Pereira Chagas, bem como advogados atuantes nos processos, diretores de Núcleo e de Secretaria da SJES, representantes de órgãos colaboradores, servidores e partes nos processos.

Quem atuou no mutirão

Magistrados

Eloá Alves Ferreira, Bruno Dutra, Leonardo Marques Lessa, Marcelo da Rocha Rosado e Nivaldo Luis Dias.

Advogados da Caixa Econômica Federal

Wagner de Freitas Ramos, Eladir Montenegro de Oliveira Couto e Luciana Pereira Chagas.

Prepostos da Caixa

Maria Cristina Almeida Batista Goltara, Paulo Ricardo Torres Meinicke, Francisco Petronio Batista da Silva, Samuel Rezende da Fonseca Filho, Robson Collodette dos Santos, José Porfírio Ribeiro Junior, Herivelto Baptista e Roberto Costa.

Advogados terceirizados

Alessandro Andrade Paixão, Sebastião Tristão Sthel, Patrícia Roncato, Suellem Ribeiro Boton, Breno Bonella Scaramussa, Flávia Sarmento Aragão Paixão, Priscila Sartório Antonio, Silvana Cardoso Lopes, Frederico Paiva e Ítalo Pandolfi.

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Vera Ely Massariol, Maristher de Souza Lima Siqueira, Delma Calazans de Moraes, Flávia Margon Pessoa e Francisco de Assis Baldo Ramos.

Estagiários cedidos pela Emarf

Amanda, Douglas e David.

Servidores

Nelciene Aparecida Lippaus Manga, Mônica da Silva Ramos, Myrna Peterle Valdino Burkhardt, Camila Altoé Targa, Adriana Alves Batista Queiroz, Eliel Kiefer Seith, Francisco Tadeu Erthal da Silva, João Roberto Rocha, Mariana de França Pestana, Márcia Guertz Brum, Juliana Lucindo de Oliveira Gama, Jader Duarte da Silva, Luis Felipe Surdini Valli, Daniela Alexandra Parda Araújo, Rafael Azevedo Nespoli, Ludimila Ciqueira Alves de Faria, Maristher de Souza Lima Siqueira, Leniza Rodrigues Cavalcante Lins, Randerson Antônio Lopes Ferraz e Vinicius Oliveira Andrade.

JFES promove mutirão de conciliação envolvendo ações monitórias relativas ao Construcard

A Justiça Federal do Espírito Santo promove, na próxima semana, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), mais um mutirão de audiências de conciliação. Estão programadas 414 audiências, envolvendo ações monitórias relativas ao Construcard, ajuizadas pela Caixa.

O mutirão será realizado de 3 a 5 de julho, a partir das 12 horas, no 3º andar do Fórum Desembargador Federal Romário Rangel (sede da Justiça Federal), na Av. Beira-Mar, 1877, Monte Belo, em Vitória.

Atuarão nas audiências os juízes federais Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand (5ª VF-Cível), Ronald Krüger Rodor (2ª VF-Criminal), Karina de Oliveira e Silva (1ª VF-Cachoeiro Itapemirim), Roberto Gil Leal Faria (2º Juizado Especial Federal), Gustavo Moulin Ribeiro (3º Juizado Especial Federal), Nivaldo Luiz Dias (VF-São Mateus) e Marcelo da Rocha Rosado (2ª VF-Cível).

Também estão escaladas as servidoras Vera Lúcia Freitas Nogueira Sansoni (5ª VF-Cível), Juliana Vieira Simões (3ª VF-Cível) e Ludimila Ciqueira Alves de Faria (VF-Serra), além de estagiários do Cescon e da Seção de Atendimento dos Juizados Especiais Federais.

Este é o sexto mutirão realizado pelo Centro, implantado há um ano no Estado. Vinculado ao Núcleo de Apoio Judiciário, o Cescon atua sob a coordenação da juíza federal Cristiane Conde Chmatalik e ligado diretamente ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região, no Rio de Janeiro, dirigido pelo desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama.

Mobilização em prol do cadastramento e do peticionamento eletrônicos atende cerca de 100 advogados



A Justiça Federal do Espírito Santo realizou nesta terça-feira, 26, sua quarta mobilização em prol do cadastramento e do peticionamento eletrônicos. Das 12 às 18 horas, servidores dos cartórios e da Seção de Atendimento ao Usuário (Sesau/NTI) ficaram de plantão no auditório Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira, na sede do órgão, em Vitória, para cadastrar e tirar dúvidas dos advogados relativas ao processo eletrônico. Aproximadamente 100 advogados foram atendidos.

Implementada em 2011, pelo diretor do foro da JFES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, a mobilização junto aos advogados partiu de uma ideia da servidora Neidy Aparecida Torrezani, diretora do 2º JEF. A ação é fruto de uma parceria entre as áreas Judiciária e Administrativa da Justiça Federal, sob a coordenação do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS). O evento conta com o empenho de servidores das varas federais e da Seção de Atendimento ao Usuário (Sesau/NTI), e com o apoio da OAB/ES.

Durante o evento, além do atendimento individual aos advogados, foram distribuídas **cartilhas de orientação para utilização do processo eletrônico**, que **também podem ser consultadas pelo www.jfes.jus.br**.

Juíza federal Cristiane Chmatalik é convocada para o Tribunal

Em ato publicado nesta terça-feira, 26, no Diário Eletrônico, a presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargadora federal Maria Helena Cisne, convocou a juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, titular do 2º Juizado Especial Federal capixaba, para, com prejuízo de sua jurisdição, compor o quórum daquela corte, de 02 a 31 de julho, por motivo de férias do desembargador federal Luiz Antonio Soares.

Nascida em Belo Horizonte/MG, Cristiane Chmatalik é graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e mestre em Direito Público da Cidade, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Também no Rio, foi professora da Universidade Estácio de Sá, trabalhou por mais de 10 anos junto a órgãos do Poder Executivo e foi Procuradora do Estado do RJ.

Aprovada no 7º Concurso para Juiz Federal do TRF2, em 2001, trabalhou inicialmente na 32ª Vara Previdenciária fluminense, mas atua em juizados desde a sua criação em 2002. Assumiu a titularidade do 2º JEF de Vitória em 2005, onde permanece até hoje. Já atuou na Turma Recursal do ES (2008/2010) e como suplente na Turma Nacional de Uniformização – TNU nos anos de 2009/2011.

Em abril de 2011, foi designada para assumir a Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo nos afastamentos concomitantes do diretor, Fernando Cesar Baptista de Mattos, e do vice-diretor, José Eduardo do Nascimento. Também é juíza coordenadora do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon).

Eloá Alves vai atuar como juíza de cooperação na JFES

Em portaria publicada hoje (29), no Diário Eletrônico da 2ª Região, o corregedor-regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal André Fontes, designa a juíza federal Eloá Alves Ferreira, titular da 6ª VF-Cível de Vitória, para atuar como “juíza de cooperação na Seção Judiciária do Espírito Santo”.

O juiz federal Osair Victor de Oliveira Junior exercerá o mesmo cargo na Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Ambos atuarão sem prejuízo de sua jurisdição.

Recomendação do CNJ

A criação de Núcleos de Cooperação Judiciária e juízes de cooperação atende a uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (Recomendação nº 38, de 3/11/2011), “com a finalidade de institucionalizar meios para dar maior fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos judiciários e outros operadores sujeitos do processo, não só para cumprimento de atos judiciais, mas também para harmonização e agilização de rotinas e procedimentos forenses, fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária”.

Os juízes de cooperação integrarão a Rede Nacional de Cooperação Judiciária e poderão atuar em comarcas, foros, polos regionais, Unidades da Federação ou em unidades jurisdicionais especializadas.

Com a criação do núcleo e a instituição do juiz de cooperação, a Justiça Federal da 2ª Região cumpre a meta 4 do CNJ para 2012.

Coral da JFES na Prainha

Em uma noite emocionante, o Coral da Justiça Federal do ES se apresentou em 19 de junho, às 20 horas, junto com o Coral Artecanto, na Igreja do Rosário, Prainha. A apresentação faz parte da II Semana Arte Por Toda Parte, que acontece na cidade de Vila Velha.

“Sou suspeito para falar, mas a apresentação de ontem foi magnífica”, disse o diretor do Núcleo de Recursos Humanos (NGP), Josélio Santos do Nascimento, que faz parte do coral desde a sua criação, e ficou muito feliz com a presença de colegas da Seção Judiciária e familiares no evento.

Para a servidora do 3º Juizado Especial Federal, Cláudia da Cruz Biral, todas as apresentações do Coral são ótimas, mas esta foi especial. “Sou fã do Coral da JFES. Sempre que posso, vou prestigiar”, declarou. “Eles sempre se apresentam bem, mas desta vez o cenário foi todo diferente”, acrescentou.

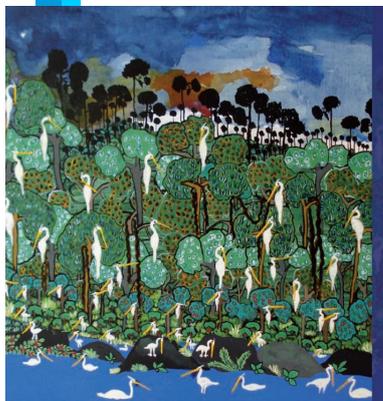
O servidor André Gomes Vieira, da Seção de Procedimentos de Pessoal (Seprop/NGP) também gostou muito da apresentação: “Foi maravilhoso”.

A próxima apresentação será no Rio de Janeiro.



Centro Cultural JF/ES convida para exposição “Festa das cores no esporte e na ecologia”, de Rômulo Cardozo

O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal, em Vitória, e a Justiça Federal do Espírito Santo convidam para a vernissage do artista plástico Rômulo Cardozo: “Festa das Cores no Esporte e na Ecologia”. Nesta sexta-feira, 29 de junho, às 18 horas, no foyer do auditório Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira, na sede da Justiça Federal, em Vitória.



O estilo adotado pelo artista é a arte naif, um tipo de pintura primitiva, ingênua, cuja importância em nosso país – de acordo com o livro “A arte naif no Brasil” – “está na maneira pela qual os pintores procuram captar uma linguagem brasileira de olhar a realidade ao seu redor. Conseqüentemente, armazenam na memória coletiva do povo uma documentação visual de nossos usos e costumes, comportamentos urbanos e regionais, sem intelectualismo, com a visão simples e sem rebuscamento de quem vê as coisas puras da vida.”

A servidora Gina Valéria Coelho, do CCJF-ES, explica que a arte naif brasileira, apesar de essencialmente nacional e representativa da cultura brasileira, não é muito conhecida. O estilo aconteceu na França, com Henri Rousseau, e ganhou força no Brasil na década de 1950. Afastada da arte dita culta, a arte naif tem linguagem própria, mas muitos artistas eruditos nela se inspiraram ou dela se apoderaram, como foi o caso do pintor catalão Pablo Picasso. Sua famosa tela “Lês Demoiselles d’Avignon”, influenciada pela cultura popular africana, com suas máscaras africanas, influíram até nos caminhos que a arte tomaria, introduzindo novas técnicas e novos paradigmas à pintura, refletindo, inclusive, os novos rumos da sociedade.

A arte de Rômulo Cardozo pode ser visitada até 31 de julho.

SERVIÇO

“Festa das Cores no Esporte e na Ecologia” (Rômulo Cardozo)

Período: 29 de junho a 31 de julho de 2012 (segunda a sexta)

Local: sede da Justiça Federal do Espírito Santo (Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória-ES)

EMARF abre inscrições para estágio nas varas federais de Vitória

A Escola da Magistratura Federal – EMARF, através de seu Núcleo Regional de Vitória/ES, realizará processo seletivo para estágio em Vitória/ES. O concurso destina-se ao preenchimento de vagas para estagiários nas Varas Federais de Vitória, de acordo com as normas do edital constante no site www.jfes.jus.br (link estágios – área de atuação - Emarf).

A jornada de estágio será de 20 horas semanais, no horário entre 12h e 19h, observado o turno escolar do estagiário. O requisito para a inscrição e participação no programa de estágio é cursar, à época, entre o 5º e o 9º períodos de direito em uma Universidade ou Faculdade reconhecida pelo MEC.

O estagiário terá direito a uma bolsa mensal no valor atual de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e auxílio-transporte mensal. A seleção será feita por prova no dia 28/08/2012, no auditório do prédio da Seção Judiciária do Espírito Santo (Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória/ES), com início às 14 horas, e programa nas áreas de Direito Constitucional, Teoria Geral do Processo, Direito Civil – Parte Geral, Direito das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos, e Direito Penal – Parte Geral (Vide Programa no Edital).

As inscrições deverão ser realizadas a partir do dia 20/07/2012 até o dia 20/08/2012, às 19 horas, mediante o preenchimento do formulário padronizado de inscrição, que se encontra no site www.jfes.jus.br (link estágios – área de atuação Emarf), e encaminhados para o e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br.



EMARF – Núcleo Regional de Vitória

Aprovados no 13º Concurso para juiz federal substituto da segunda região tomam posse no dia 5 de julho



O Plenário do TRF2 dará posse, no dia 5 de julho, às 17 horas, aos 22 novos juízes federais substitutos aprovados no 13º concurso público realizado para o cargo. A sessão solene será conduzida pela presidente da Corte, desembargadora federal Maria Helena Cisne. A última etapa da disputa foi a prova oral, realizada entre os dias 11 e 13 de junho, no mesmo local onde os novos magistrados farão o juramento solene do cargo.

O resultado da prova oral consta do Edital nº 16, assinado pelo presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do concurso, desembargador federal Poul Erik Dyrlynd, no próprio dia 13. No dia seguinte, o desembargador assinou o Edital nº 17, que divulga o resultado da prova de títulos dos candidatos. Todos os atos oficiais do concurso podem ser consultados no site do TRF2, no link “Transparência Pública”.

Frederico Gueiros se despede da magistratura

Na mesma sessão em que a Justiça Federal da Segunda Região renova seu corpo de magistrados, despede-se da toga o decano do TRF2, desembargador federal Frederico Gueiros, que se aposenta após mais de 23 anos de atuação na Corte. Ele é o último magistrado ainda em atividade a integrar a sua primeira composição, formada em 30 de março de 1989.

Pernambucano de Recife, Frederico Gueiros foi presidente, no biênio 2005/2007, do Tribunal em que ingressou em vaga destinada ao quinto constitucional para membros da OAB. Ele militou ativamente na advocacia desde sua formatura pela antiga Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro), em 1966, até a sua nomeação para o cargo de desembargador federal.

ACOS/TRF2

Certidões de distribuição de processos já podem ser obtidas pela internet

Desde o dia 14/06/2012, qualquer interessado já pode obter Certidão de Distribuição de Processos (certidão negativa) da competência originária do Tribunal Regional Federal da 2ª Região de forma automática, pela internet, no site do TRF2. Essas certidões valem para comprovar quaisquer situações dos interessados, inclusive Justiça Eleitoral, concursos públicos e licitações.

A certidão impressa pela internet vale como original e tem fé pública em todo o território nacional. No município do Rio de Janeiro, o atendimento presencial para os casos em que não for possível requerer ou emitir a certidão eletrônica pela internet é prestado pela Secretaria de Atividades Judiciárias (SAJ), situada na Rua Acre, 80, 11º andar, sala nº 1101-B, Centro/RJ, no período de segunda a sexta-feira, das 12h às 17h.

Mais informações estão disponíveis no link: <http://www8.trf2.jus.br/cncweb/principal.aspx>, cujo acesso também está no canto inferior esquerdo da homepage em “CERTIDÃO ELETRÔNICA”. ACOS – Assessoria de Comunicação Social do TRF2

Corregedor-Geral quer processo judicial eletrônico único em toda a Justiça Federal

Presidentes dos TRFs apoiam iniciativa e decidem adotar PJe desenvolvido pelo TRF5 em todo o País

No dia 21 de junho, o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro João Otávio de Noronha, coordenou reunião no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife (PE) com o objetivo de dar início ao desenvolvimento de um processo judicial eletrônico que atenda a toda a Justiça Federal. Durante a sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal (CJF), realizada nesta segunda-feira (25), em Brasília (DF) o ministro relatou aos demais conselheiros o resultado da reunião do dia 21 e anunciou que o início dos trabalhos da comissão de profissionais de Tecnologia da Informação formado na reunião se daria hoje, quarta-feira (27), na sede do CJF. O grupo está encarregado de implementar o PJe em toda a Justiça Federal.

“Nosso propósito é que saia daqui um protótipo que será usado em todos os cantos do nosso País em que tivermos uma vara federal”, afirmou o Ministro. De acordo com ele, a prioridade é implementar o sistema em todos os juizados especiais federais, com a maior brevidade possível.

Participaram do encontro em Recife os presidentes de quatro tribunais regionais federais: desembargador Mário César Ribeiro (1ª região), desembargadora Maria Helena Cisne (2ª região), desembargador Newton de Lucca (3ª região) e desembargador Paulo Roberto de Oliveira Lima (5ª região). O TRF4 foi representado pelo juiz federal Sérgio Tejada, presidente da Comissão do PJe naquela região.

As diretoras do TRF5 Telma Motta, da Secretaria Judiciária, e Fernanda Montenegro, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, se encarregaram de apresentar ao grupo, que também incluía os técnicos da área de tecnologia da informação dos demais tribunais, como funciona o Processo Judicial Eletrônico - PJE que já está sendo usado pela Justiça Federal da 5ª Região. “É um sistema simples e confiável. Adotamos há um ano, e estamos funcionando sem problemas. Mesmo os que tinham resistência, acabaram aprovando”, destacou o presidente do TRF5.

A próxima etapa a ser concluída é formação do que o ministro chamou de “Núcleo de Tecnologia da Informação”, que terá como primeira missão fazer com que o PJE possa ser aprimorado e adaptado a fim de ser utilizado em toda a Justiça Federal, consideradas as especificidades de cada região e a interoperabilidade, uma vez que já é a base do sistema processual único adotado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

A comissão, formada por gestores das áreas de TI e judiciária dos cinco TRFs estão reunidos nesta quarta e quinta-feiras (27 e 28). “Nesse momento, o CJF exercerá duas funções muito importantes: primeiro, o de ser um pólo de união para que os tribunais possam discutir e desenvolver um consenso em termos de processo eletrônico. E também, o de fazer a interlocução com o CNJ para que os sistemas, apesar de adaptados a cada realidade, estejam bem integrados”, concluiu o ministro. Assessoria de Comunicação Social do CJF

CJF libera R\$ 1,2 bilhão para pagamento do último lote de precatórios comuns

O presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Ari Pargendler, autorizou a liberação de recursos financeiros aos tribunais regionais federais no total aproximado de R\$ 1,2 bilhão para pagamento do segundo e último lote de precatórios federais de natureza comum.

Foram liberados para pagamento dos precatórios de natureza comum, de responsabilidade da Administração Direta (União) o valor de R\$ 1,1 bilhão e de responsabilidade da Administração Indireta (autarquias e fundações públicas federais) o valor de R\$ 163 milhões. A previsão é que os depósitos estejam disponíveis aos beneficiários na primeira quinzena do mês de julho.

Os precatórios são expedidos em cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (decisões definitivas em que não há mais possibilidade de recursos) nas quais a União ou suas entidades (autarquias e fundações federais). Os de natureza comum são aqueles que não se enquadram na definição de natureza alimentícia.

O Conselho da Justiça Federal esclarece que cabe aos tribunais regionais federais, de acordo com seus cronogramas próprios, fazer o depósito dos valores nas contas dos beneficiários junto às instituições financeiras oficiais: Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. **Assessoria de Comunicação Social do CJF**

Publicada recomendação que profissionaliza gestão de precatórios

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ayres Britto, assinou, no dia 8 de junho, a Recomendação 39/2012, com o objetivo de ampliar, nos tribunais, a participação de magistrados e servidores de carreira nos setores encarregados da administração dos precatórios judiciais – dívidas do setor público reconhecidas pela Justiça. A Recomendação foi aprovada na 147ª sessão plenária.

O documento, em seu artigo único, recomenda aos tribunais a designação de um juiz auxiliar da Presidência especialmente convocado para auxiliar na condução dos processos relacionados aos precatórios e aquisições de pequeno valor. Outra orientação é para que o provimento dos cargos técnicos de assessoramento superior no setor de precatórios recaia exclusivamente sobre servidores de carreira do respectivo tribunal.

Com essas orientações, a Recomendação 39/2012 busca elevar o nível de profissionalização na gestão dos precatórios. Essa necessidade foi detectada por meio das inspeções em que a Corregedoria Nacional de Justiça tem apoiado os tribunais no aprimoramento da administração dos precatórios.

Outro objetivo da recomendação é prevenir fraudes, como a descoberta recentemente no Judiciário de Rondônia, que levou o CNJ, em sua 148ª sessão ordinária, a suspender o pagamento, pela União, de um precatório que poderia acarretar prejuízo de até R\$ 5 bilhões. **Agência CNJ de Notícias**

TNU reconhece atividade de seminarista para fins previdenciários

Nesta quarta-feira, 27 de junho, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) decidiu, por unanimidade, reconhecer o tempo de exercício da atividade de seminarista, para fins previdenciários, desde que sejam preenchidos os requisitos exigidos para o aluno-aprendiz de escola pública profissionalizante.

O demandante comprovou nos autos que exercia atividade de aprendizado, em regime de internato, na Ordem dos Capuchinhos, para ajudar a custear sua formação religiosa e, em troca, recebia remuneração indireta, ou seja, moradia, material escolar e alimentação.

Com isso, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), ao analisar o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço do demandante, também deverá considerar os lapsos temporais durante os quais o seminarista trabalhou para a congregação religiosa. Essa solicitação havia sido negada pela 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul. (...) Processo nº 2007.71.57.007081-7 - **Assessoria de Comunicação Social do CJF - Veja mais no www.jf.jus.br**

Prazo para revisão de benefício antecedente conta a partir do início da pensão por morte

Caso o beneficiário do INSS tenha perdido, em vida, o direito de solicitar a revisão do valor de sua aposentadoria, este fato não prejudica o titular da subseqüente pensão por morte. Ou seja: o direito pode ser discutido pelo pensionista, ainda que fundados em dados que poderiam ter sido questionados pelo aposentado atingido pela decadência. Neste caso, o prazo decadencial é autônomo e começa a partir da concessão da pensão – e não da aposentadoria que lhe deu origem. Com esses fundamentos, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) negou provimento a um recurso inominado, no qual o INSS contesta o posicionamento da Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que havia mantido sentença com esse entendimento. (...) Assessoria de Comunicação Social do CJF - Veja mais no www.jf.jus.br

Não incide imposto de renda sobre auxílio-creche

Não incide cobrança de imposto de renda sobre verba recebida por servidor a título de auxílio-creche devido à natureza indenizatória, e não remuneratória, do benefício. Assim decidiu a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU), reunida em Brasília no dia 27 de junho, ao ser demandada pela União Federal. (...) Processo 2008.70.50.025460-7 - Assessoria de Comunicação Social do CJF - Veja mais no www.jf.jus.br



Trabalhador tem até 120 dias para requerer seguro-desemprego

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU), reunida no prédio do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília, no dia 27 de junho, entendeu que a Resolução 467/2005 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) é legal. Pela norma, no ato da dispensa, o empregador deve entregar ao trabalhador demitido sem justa causa, o Requerimento do Seguro-Desemprego (RSD) e a Comunicação de Dispensa (CD). O trabalhador tem então que preencher esses formulários com as informações constantes da Carteira de Trabalho e Previdência Social e encaminhar ao Ministério do Trabalho e Emprego a partir do 7º (sétimo) e até o 120º (centésimo vigésimo) dias subseqüentes à data da dispensa.

O pedido de uniformização foi apresentado pela União Federal contra o acórdão da Turma Recursal do Espírito Santo que manteve sentença favorável ao pedido de pagamento de seguro-desemprego formulado depois de passado o prazo previsto na resolução do Codefat. O entendimento anteriormente vencedor baseava-se no fundamento de que “não poderia uma resolução delimitar e/ou estipular um prazo não delineado na lei, de modo que a resolução extrapolou seus limites regulamentares”. (...) Processo 2008.50.50.002994-0 - Assessoria de Comunicação Social do CJF - Veja mais no www.jf.jus.br

JF é finalista em várias categorias do X Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

Nesta sexta-feira (29/06), serão conhecidos os vencedores do X Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, e quatro trabalhos das assessorias de comunicação da Justiça Federal foram selecionados como finalistas. São eles: a Revista Via Legal e o programa de TV Via Legal, do Conselho da Justiça Federal, o projeto TRF na Tela e o Jornal Mural TRF Hoje, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Eles concorrem, respectivamente, nas seguintes categorias: Revista, Programa de TV Nacional, Inovação e Jornal.

A Revista Via Legal concorre com a Revista Anamatra e com a Revista Letras Jurídicas, da Associação Alagoana de Magistrados (Almagis). Já o programa de TV Via Legal disputa a premiação com o programa Brasil Eleitor, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e com o programa Força Tarefa Usina Jirau, do Ministério Público do Trabalho. O projeto TRF na Tela tem quatro concorrentes: Criação do Núcleo de Comunicação Digital e da Política de Comunicação Digital, do Conselho Nacional do Ministério Público; [facebook.com/STJnoticias](https://www.facebook.com/STJnoticias), do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Taxonomia – Uma proposta arretada, da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco e TJSP nas Redes Sociais, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Disputa o prêmio com o Jornal Mural TRF hoje, o Jornal Anamatra. (...) Assessoria de Comunicação Social do CJF - Veja mais no www.jf.jus.br